

ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

RESOLUÇÃO N°003/2018

"Altera o valor do AUXILIO ALIMENTAÇÃO aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Buritis, e dá outras providências".

A mesa da Câmara Municipal, através do seu Presidente Vereador Daniel Alves dos Santos, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, faz saber que o plenário da Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte **RESOLUÇÃO**:

- Art. 1°. Fica alterado o valor do auxílio alimentação aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Buritis/RO, cuja concessão dar-se-á através de pagamento em pecúnia, no valor prefixado de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, de natureza indenizatória.
- **Art. 2º.** O auxilio alimentação será concedido proporcionalmente aos dias trabalhados ou de efetivo exercício.
- §1º Equipara-se a dias de efetivo exercício ou trabalhado para os fins desta Resolução, o desempenho das atribuições do servidor em:
 - a) Viagens de interesse da Administração Pública;
 - b) Programas de treinamento;
 - c) Eventos similares.
- § 2º Fica vedado o pagamento do benefício de que trata esta Resolução durante o período em que o servidor estiver afastado do desempenho de suas atribuições, de licenças sob qualquer fundamento, de faltas, de ausências e de afastamento sob quaisquer circunstâncias, exceto nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, inclusive nas hipóteses consideradas em Lei como efetivo exercício.
 - Art. 3º. Para efeito de cálculos serão utilizadas as seguintes fórmulas:
 - I Para a apuração do total a ser indenizado ao servidor:

Cálculo: R\$ 800,00 x dias úteis trabalhados pelo servidor no mês = Valor do Auxílio Alimentação dias úteis



Art. 4º. O auxílio alimentação que é tratado nesta Resolução:



ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

- I Tem natureza indenizatória;
- II Não se incorpora ou incorporará ao vencimento, aos vencimentos ou remuneração de quaisquer efeitos;
- III Não será configurado como rendimento tributável e nem constitui base para incidência de impostos ou contribuições previdenciárias.
- Art. 5°. O auxilio alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, originária de qualquer forma de auxílio ou benefício para alimentação do servidor.
- Art. 6°. As despesas instituídas por esta Resolução serão suportadas por dotação orçamentária própria, previstas dentro do Plano Plurianual PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentária Anual LOA.
 - Art. 7º. Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Nº 001/2018.
- Art. 8°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1° de agosto de 2018.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Buritis, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito.

DANIEL ALVES DOS SANTOS

Presidente da CMB

r Publicado no Mural Câmara Municipal de Buritis Lei Autorizativa 13/97 e Lei 717/2013

Lei Autorizativa 13/97 e Lei /11/2020 De: <u>31 | 08 | /8</u> A: <u>30 | 09 | /8</u>

Mardelly Costa Silva
Diretora de Apoio Legislativo
Portaria 048/2017